

CONTRATO Nº. 20210212

Pelo presente instrumento de Contrato, de um lado o PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE-CE, através do SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO, CNPJ-MF, Nº. 07.891.674/0001-72, denominado daqui por diante de CONTRATANTE, representado neste ato pelo (a) Sr(a). JOSÉ, ALMAR SANTIAGO DE ALMEIDA, Secretário Municipal, e do outro lado a empresa COMERCIAL JOSÉ DINO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 07.625.163/0002-90 com sede à Av Domi Aureliano Matos, 2426, Centro – CEP 62.930-000, Limoeiro do Norte/CE de agora em diante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr(a). MARIA VILMA GADELHA, inscrito no CPF sob o n.º 169.188.433-20, têm justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO CONTRATUAL

1.1 AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO DE LIMOEIRO DO NORTE-CE.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1 - ARTIGO 24º, INCISO II DA LEI FEDERAL Nº 8.666 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, bem como na DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2021.2403-003/SEFIN.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA.

3.1. Entregar o objeto deste contrato de acordo com as condições e prazos estabelecidos no processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2021.2403-003/SEFIN e neste termo contratual;

3.2. Assumir a responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados ao patrimônio do CONTRATANTE ou a terceiros, durante a execução do contrato, quando no desempenho de suas atividades profissionais, objeto deste contrato;

3.3. Encaminhar para o Setor Financeiro da (o) CONTRATANTE as notas de empenhos e respectivas notas fiscais/faturas, juntamente com a CND do INSS, CRF do FGTS, CND de Tributos Municipais expedida pela Secretaria de Gestão, Finanças, Orçamento e Planejamento do Município de Limoeiro do Norte-CE, o contrato e a ordem de fornecimento, correspondentes ao objeto fornecido, depois de atestado pelo setor competente;

3.4. Assumir integralmente a responsabilidade por todo o ônus decorrente da execução deste contrato, especialmente com relação aos encargos trabalhistas e previdenciários do pessoal utilizado para a consecução do fornecimento, bem como o custo de transporte, inclusive seguro, carga e descarga, correndo tal operação única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da CONTRATADA;

3.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2021.2403-003/SEFIN.

3.6. Providenciar a imediata correção das deficiências e ou irregularidades apontadas pela Contratante;

3.7. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até o limite fixado no § 1º, do art. 65, da Lei Nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

3.8 Entregar os produtos no prazo máximo de 03 (três) dias, a contar do recebimento da ordem de fornecimento, em local determinado pela contratante.

CLÁUSULA QUARTA - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

4.1. A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei Nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

4.2. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual;

4.3. Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;

4.4. Providenciar os pagamentos à Contratada à vista das Notas Fiscais / Faturas devidamente atestadas pelo Setor Competente.

4.5. Indicar o GERENTE DO CONTRATO, servidor competente para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1. A vigência deste instrumento contratual será de 03 (três) meses, prorrogáveis por igual período, iniciando-se a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO




6.1. Constituem motivo para a rescisão contratual os constantes dos artigos 77, 78 e 79 da Lei Nº 8.666/93, e poderá ser solicitada a qualquer tempo pelo CONTRATANTE, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, mediante comunicação por escrito, reconhecido os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1. Em caso de inexecução total ou parcial do contrato, bem como de ocorrência de atraso injustificado na execução do objeto deste contrato, submeter-se-á a CONTRATADA, sendo-lhe garantida plena defesa, as seguintes penalidades:

- Advertência;
- Multa;
- Suspensão temporária de participações em licitações promovidas com o CONTRATANTE, impedimento de contratar com o mesmo, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou penalidade;

7.2. A multa prevista acima será a seguinte:

- Até 10% (dez por cento) do valor total contratado, no caso de sua não realização e/ou descumprimento de alguma das cláusulas contratuais;

7.3. 0,05% (cinco centésimos por cento) sobre o valor da entrega, por dia que esta exceder o prazo de entrega previsto na Ordem de fornecimento;

7.4. 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato, na hipótese de rescisão do Contrato por culpa da Contratada, sem prejuízos de outras penalidades previstas em lei;

7.5. As sanções previstas nos itens acima poderão ser aplicadas cumulativamente, facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

7.6. O valor da multa aplicada deverá ser recolhida como renda para o Município, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação, podendo o CONTRATANTE, para isso, descontá-la das faturas por ocasião do pagamento, se julgar conveniente;

7.7. O pagamento da multa não eximirá a CONTRATADA de corrigir as irregularidades que deram causa à penalidade;

7.8. O CONTRATANTE deverá notificar a CONTRATADA, por escrito, de qualquer anormalidade constatada durante a execução do contrato, para adoção das providências cabíveis;

7.9. As penalidades somente serão relevadas em razão de circunstâncias excepcionais, e as justificadas só serão aceitas por escrito, fundamentadas em fatos reais e facilmente comprováveis, a critério da autoridade competente do CONTRATANTE, e desde que formuladas no prazo máximo de 05 (cinco) dias da data em que foram aplicadas.

CLÁUSULA OITAVA - DO VALOR, REAJUSTE E FORMA DE PAGAMENTO

8.1. O valor global da presente avença é de **R\$ 10.188,00 (Dez mil, cento e oitenta e oito reais)**, a ser pago no prazo de até 30 (trinta) dias, contado a partir da data final do período de adimplemento da obrigação, na proporção dos produtos entregues, e de conformidade com as notas fiscais/faturas e/ou recibos devidamente atestadas pelo setor competente, observadas a condições da proposta e da ordem de fornecimento emitida, conforme especificações abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VLR UNI	VLR TOTAL
1	ARMARIO ALTO 1600X1400 EM MDP PARA ESCRITORIO	UNID.	01	R\$ 1.970,00	R\$ 1.970,00
2	ARMARIO TIPO CREDENZA 750X140X443 EM MDP	UNID.	01	R\$ 1.111,00	R\$ 1.111,00
3	ARQUIVO 04 GAVETAS OFICIO PARA ESCRITORIO E MDP	UNID	01	R\$ 1.150,00	R\$ 1.150,00
4	GAVETEIRO 03 GAVETAS VOLANTE PARA ESCRITORIO, MATERIAL DO PRODUTO: MDP 15MM, 02 GAVETAS (2 PARES DE CORREDIÇAS METALICAS	UNID.	01	R\$ 690,00	R\$ 690,00
5	MESA APARADOR PARA ESCRITORIO, TAM 900X508X750CM, MATERIAL DO PRODUTO MDP	UNID.	01	R\$ 687,00	R\$ 687,00
6	MESA PARA ESCRITORIO 1600X700X750 EM MDP	UNID	01	R\$ 1.134,00	R\$ 1.134,00
7	PORTA TRECO EM METAL	UNID.	02	R\$ 35,00	R\$ 70,00

8.2 Os pagamentos serão efetuados em conformidade com os valores contratados.



8.3 O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) através de cheque nominal ou crédito em conta específica, após a apresentação das respectivas faturas, notas fiscais e recibos à tesouraria, juntamente com a CND de Tributos Federais, CRF do FGTS, o contrato e a ordem de fornecimento, correspondentes ao objeto fornecido, depois de atestado pelo setor competente.

8.4 O Pagamento será efetuado no prazo máximo de 30(trinta) dias, contados a partir da data do adimplemento da obrigação e em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.

8.5 Ocorrendo erro na fatura ou outra circunstância que desaconselhe o pagamento, a CONTRATADA será cientificada, a fim de que tome providências.

8.6 Poderá a CONTRATANTE sustar o pagamento da CONTRATADA nos seguintes casos:

- a) quando a CONTRATADA deixar de recolher multas a que estiver sujeita, dentro do prazo fixado;
- b) quando a CONTRATADA assumir obrigações em geral para com terceiros, que possam de qualquer forma prejudicar a CONTRATANTE;
- c) inadimplência da CONTRATADA na execução do contrato

8.7 Poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, desde que objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, nos termos do Art. 65, Inciso II, alínea "d" da Lei 8.666/93, devendo ser formalizado através de ato administrativo.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 - As despesas contratuais correrão por conta da verba do orçamento da CONTRATANTE, na Dotação Orçamentária: 0101.04.122.0401.2.001 - Gerenciamento da Secretaria Municipal; Elemento de despesas: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e material permanente, FONTE DE RECURSOS: 1001000000 - ORDINARIO; Valor: R\$ 10.188,00(Dez mil, cento e oitenta e oito reais).

CLÁUSULA DEZ - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

10.1 - O contrato poderá ser alterado em conformidade com o artigo 65 da Lei nº. 8.666/93, após apresentação da devida justificativa pela autoridade administrativa.

CLÁUSULA ONZE - DO FORO, BASE LEGAL E FORMALIDADES.

11.1 - Este Contrato encontra-se subordinado a Legislação específica, consubstanciada na Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, e, em casos omissos, aos preceitos de direito público, teoria geral de contratos e disposições de direito privado.

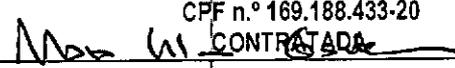
11.2 - Fica eleito o Foro da cidade de Limoeiro do Norte-CE, como o único capaz de dirimir as dúvidas oriundas deste Contrato, caso não sejam dirimidas amigavelmente.

11.3 - Para firmeza e como prova de haverem as partes, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente termo, em 03 (três) vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

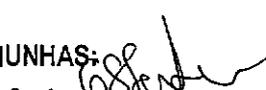
Limoeiro do Norte, Ce, 29 de Março de 2021.


JOSÉ ALMAR SANTIAGO DE ALMEIDA
SECRETARIO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO
DO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO NORTE - CE
CNPJ Nº 07.891.674/0001-72
CONTRATANTE

COMERCIAL JOSÉ DINO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA
C.N.P.J. nº 07.625.163/0002-90,
MARIA VILMA GADELHA
CPF nº 169.188.433-20


CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. 
Gerlangir da Silva Leitão
CPF: 042.075.343-50

2. 
CPF: 079.667.053-66